

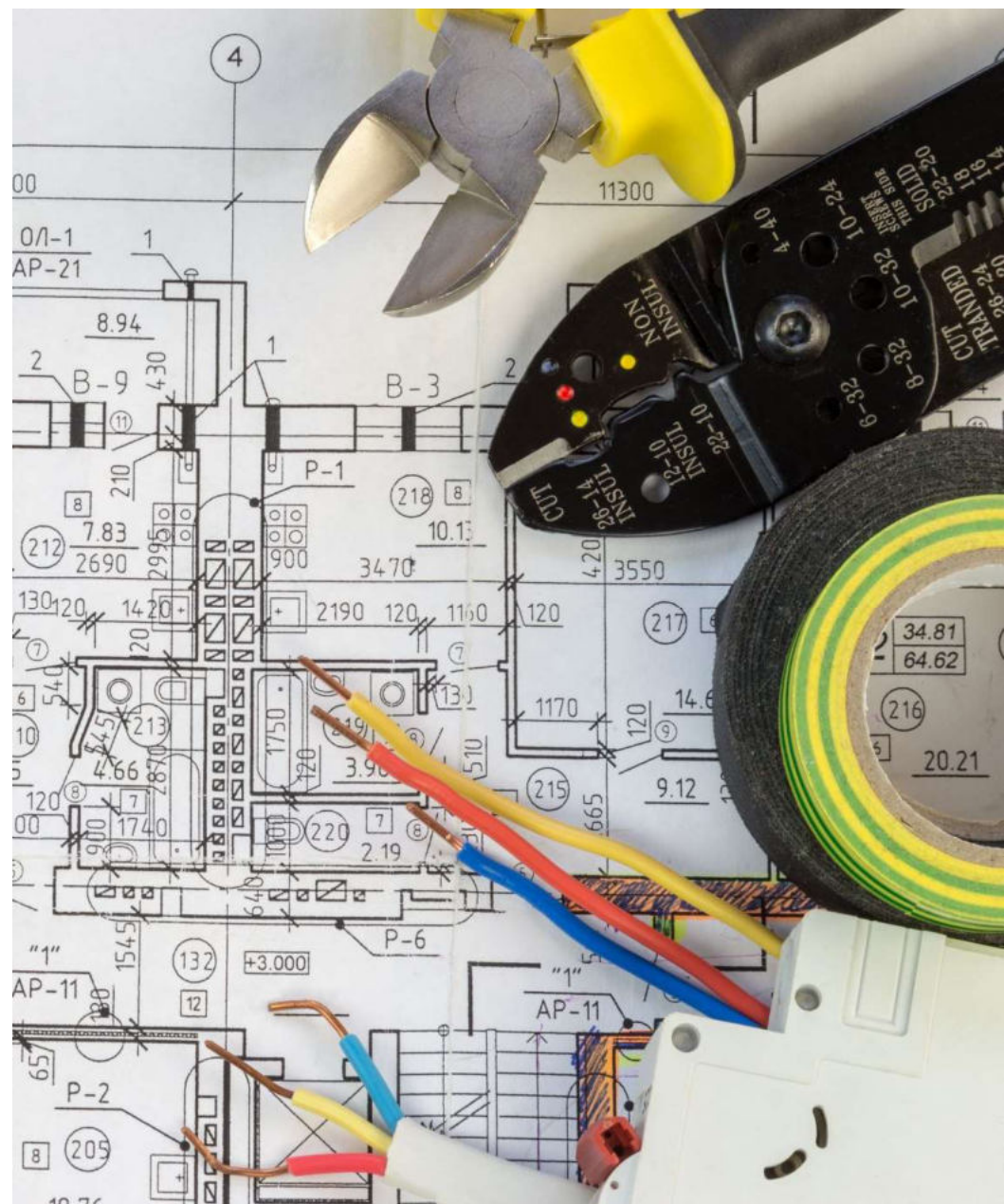


PLANO DE GOVERNO

CAMINHOS DE SANTA CATARINA

Mais do que um plano de governo, é um plano de ação.
É chegar fazendo.

GOVERNADOR
22 JORGINHO MELLO
VICE MARILISA BOEHM



Programa de Governo: *Caminhos de SC*



**Ao
Cidadão Catarinense,**

Na qualidade de candidato ao Governo do Estado de Santa Catarina, escolhido por unanimidade em processo democrático do Partido Liberal (22 PL), construímos uma candidatura que tem sua base programática convergente aos objetivos comuns e de interesse da sociedade e que formam as diretrizes básicas deste **Programa de Governo**.

Nosso governo obedecerá a princípios e valores basilares que determinarão à forma como será administrado o Estado de Santa Catarina. Primeiramente, **nosso Governo terá Deus como esteio principal de nossas decisões,** buscando sempre trabalhar com honestidade, urbanidade, humildade e responsabilidade para o bem de todo cidadão catarinense.

Programa de Governo: *Caminhos de SC*

O combate a corrupção terá foco total de nosso Governo, teremos tolerância ZERO com esse assunto. Trabalharemos pelo liberalismo econômico, por liberdade e fraternidade, imprensa livre e independente, desenvolvimento econômico e a busca incessante por formas que possam melhorar ainda mais a qualidade de vida das pessoas nas áreas de saúde, educação, segurança pública e infraestrutura.

Teremos a coragem de enfrentar o atual sistema tirando todas as amarras que dificultam a vida dos catarinenses.

Para definir as prioridades do governo, promovemos uma série de reuniões e encontros com representantes da sociedade e de diversas entidades civis. Ouvimos e registramos várias demandas da população enquanto percorríamos as regiões do estado de Santa Catarina. Consultamos os melhores especialistas nos temas mais relevantes que nos foram apresentados, identificamos soluções e iniciativas factíveis de atendimento...

Programa de Governo: Caminhos de SC

... dos objetivos prioritários à população e finalmente construímos este documento com a participação de dezenas de colaboradores, voluntários, especialistas, técnicos, gestores, intelectuais, militantes e simpatizantes.

As demandas por melhores serviços públicos na saúde, educação, **mobilidade** urbana, saneamento, segurança pública, atividades culturais e esportivas, proteção ao meio ambiente, entre outras, crescem diariamente. Nossa economia é pujante e diversificada, o somos um povo criativo, dinâmico e trabalhador, precisamos de um Governo comprometido com o crescimento do Estado, que desenvolva políticas públicas eficientes e ágeis.

Sabemos que há muito a ser feito por Santa Catarina, para que este Estado seja um lugar ainda melhor para nossas famílias.

Por isso, nosso principal compromisso é com as necessidades presentes e com o futuro do catarinense de qualquer grupo, gênero, classe social ou religião.

O nosso **Programa de Governo - Caminhos de SC** foi estruturado em cinco diretrizes básicas que irão nortear nossa gestão e nossas iniciativas: **Eficiência, Transparência, Cidadania, Descentralização e Inovação.**

Programa de Governo: *Caminhos de SC*

EFICIÊNCIA, iremos aplicar mais e melhor os recursos públicos, nos comprometendo com a eficiência e agilidade dos serviços públicos aos catarinenses. A estrutura do governo estará formalmente compromissada com a eficiência na alocação dos recursos públicos, objetivando agilidade e eliminação das despesas supérfluas e os desperdícios. Gestão eficiente e ágil será também uma marca forte da nossa administração.

TRANSPARÊNCIA, a gestão pública Estadual terá seus dados abertos (em tempo real) e públicos para o controle social. Nosso compromisso é buscar a conformidade em todas as atividades da nossa gestão, combate à corrupção, os desvios e o desperdício de recursos públicos. O cidadão terá atendimento digno, ágil e eficiente nos serviços de saúde, educação e segurança. Dar acesso irrestrito às informações públicas, para ser um governo aberto, para a sociedade acompanhar o desempenho nas áreas da administração estadual.

CIDADANIA, trazer o cidadão mais próximo do Estado para acompanhar e avaliar os resultados das políticas públicas realizadas. A nossa gestão será ABERTA (em tempo real) e **participativa**, buscando atuar em parceria com a sociedade civil e com os setores privados. Vamos procurar, sempre que possível, atuar com a colaboração de representantes da sociedade civil em sintonia com as necessidades do nosso Estado.

Programa de Governo: *Caminhos de SC*

DESCENTRALIZAÇÃO, as políticas públicas do Estado serão implementadas através de parceria com os municípios representados pela FECAM - Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina - em suas 21 associações. O principal objetivo desta diretriz é aproximar o Estado do cidadão, por meio de ações organizadas com foco no crescimento sustentável dos municípios de cada região. Quanto mais o Estado estiver perto do município e do cidadão, mais eficiente será a gestão pública. Esta será a principal marca de nossa gestão – “**Atender com eficiência o cidadão e fortalecer os municípios**”.

INOVAÇÃO, outra linha mestra da nossa gestão será introduzir em todos os setores do governo e incentivar os empresários, a aplicar as mais modernas tecnologias disponíveis no mercado.

Ainda na diretriz da INOVAÇÃO é importante destacar que a situação econômica e social que o país mantém, o nosso principal compromisso será com a criação de **mais** empregos e oportunidades em todas as regiões do Estado. A INOVAÇÃO será uma das principais ferramentas que utilizaremos para fomentar a criação de novos empregos, principalmente para os trabalhadores especializados.

Programa de Governo: *Caminhos de SC*

Criaremos programas que fortalecerão o empreendedorismo e atração de capitais para investimento em nossa economia. Como medidas de estímulo ao setor produtivo, especialmente para os micro e pequenos empresários, iremos dinamizar a atuação do BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina e estimularemos a oferta de linhas especiais de crédito – inclusive o PRONAMPE/SC, a ser direcionado às pequenas, microempresas e MEI (Microempreendedor Individual), que já são responsáveis por 54% dos empregos formais no país.

Iremos incentivar a melhoria do ambiente de negócios em Santa Catarina e garantir a segurança jurídica para investidores, assim teremos mais produção com a consequente geração de empregos em nosso estado.

Em parceria com organizações setoriais e universidades iremos propor programas de estímulo para inovação e desenvolvimento de novas tecnologias, aumentando assim a competitividade da economia catarinense.



Programa de Governo: *Caminhos de SC*

Assumimos também o compromisso sério com a melhoria da qualidade da educação, que receberá toda a atenção necessária ao seu desenvolvimento em nossa gestão, principalmente com a ampliação do ensino profissionalizante. “O futuro das novas gerações está nas salas de aula”. Não basta estar na escola, é necessário capacitar os jovens para os desafios do futuro. Vamos valorizar o professor e investir no ensino técnico profissionalizante para ampliar as possibilidades de emprego e renda para os jovens.

É nossa convicção que temos a capacidade de sonhar e realizar mais, com seriedade e respeito pela sociedade e por Santa Catarina.

Florianópolis, 05 de agosto de 2022

Candidato ao Governo do Estado de Santa Catarina
Jorginho Mello
PL - 22



GOVERNADOR
22 JORGINHO MELLO
VICE MARILISA BOEHM

PLANO DE GOVERNO
CAMINHOS DE SANTA CATARINA
Mais do que um plano de governo, é um plano de ação.
É chegar fazendo.

Programa de Governo: *Caminhos de SC*

1. Saúde
2. Educação
3. Segurança Pública
4. Sistemas Prisional e Socioeducativa
5. Defesa Civil
6. Desenvolvimento Econômico
7. Infraestrutura e **Mobilidade Urbana**
8. Desenvolvimento Social e Trabalho
9. Economia Catarinense
10. Arrecadação e Orçamento
11. Governança do Estado
12. Política de Pessoal



1 - SAÚDE



1. SAÚDE

Minha principal preocupação como candidato ao governo é com a saúde. Diante da recente Pandemia do Covid 19, todos os governantes têm a missão de preparar o sistema de saúde para enfrentar futuros eventos. O Estado tem dois grandes desafios a enfrentar: 1º - propiciar o fortalecimento da rede hospitalar do Estado; e 2º - conceder apoio aos municípios no atendimento de média e alta complexidade.

Para implantar estas ações, se fará necessária a utilização de recursos mais atualizados de tecnologia e de comunicação. Estes recursos deverão ser aplicados em diversos níveis de ação, especialmente naqueles onde há o contato direto com o cidadão. O gerenciamento de dados clínicos, a tele saúde, a gestão do acesso, da referência e da contrarreferência são componentes importantes para a boa assistência da saúde e que dependem de tecnologia.

A rede hospitalar de Santa Catarina será composta pelos hospitais do Estado, pelos hospitais geridos pelas OSS's (Organizações Sociais de Saúde) e pelos Hospitais e Clínicas conveniados, que deverão trabalhar de forma integrada, gerenciando as responsabilidades, bem como a forma que o paciente acessa os serviços médicos.

1. SAÚDE

O Estado dará total apoio aos municípios, no que diz respeito a atenção básica, acontecendo a partir do fornecimento de tecnologias, logística, orientações e parcerias, principalmente nas áreas de exames, cirurgias, medicamentos, prevenção e para programas de saúde voltados à família, mulheres e idosos.

Em respeito ao cidadão iremos ampliar os serviços médicos especializados, intensificando e agilizando o atendimento aos pacientes de forma regionalizada, reduzindo a “ambulancioerapia”.

Outra prioridade será a manutenção e melhoria dos programas de saúde já existentes nos municípios e apoiados pelo Estado.

Frente aos inúmeros desafios na saúde, iremos implantar no Estado e nos Municípios tecnologia capaz de enfrentar os principais problemas do setor. Com uma gestão técnica e competente iremos propor soluções criativas, ágeis e inovadoras, sempre respeitando o princípio da economicidade e da transparência.

A photograph of a classroom scene. In the foreground, a person's arm and hand are visible, holding a blue pen and pointing towards a laptop screen on a desk. The laptop screen displays some text. In the background, several students are seated at desks, looking towards the front of the room. The lighting is soft and natural, suggesting a bright day. The overall atmosphere is educational and focused.

2 - EDUCAÇÃO

2. EDUCAÇÃO

Nossa convicção é que uma sociedade melhor só se desenvolve com investimento em educação de qualidade, preparando as pessoas para enfrentar os desafios do futuro.

Por isso, a educação ocupa um lugar de destaque nas sociedades e nas políticas públicas, pois traz na sua essência o compromisso de um futuro melhor para as pessoas.

O principal desafio do gestor público, que tem como foco o desenvolvimento das pessoas, é vencer o desafio de oferecer uma educação integral e de qualidade.

O mercado de trabalho vem passando por profunda transformação, que está impactando diretamente na vida profissional de milhões de pessoas. Em Santa Catarina não é diferente. O gestor público tem a obrigação de estar atento aos movimentos das empresas, que hoje estão selecionando profissionais com base nas habilidades que eles possuem, como: abertura ao novo, a colaboração, o pensamento crítico, a criatividade, a comunicação, dentre outras habilidades, que lhes permitam responder as atuais e futuras demandas de uma economia mundial dinâmica.

2. EDUCAÇÃO



O gestor público deve assegurar à sociedade esse desenvolvimento pleno, oferecendo um novo modelo de educação para as nossas crianças e aos nossos jovens, com professores valorizados e bem formados, com profissionais preparados para trabalharem em prol de resultados com a perspectiva de alcançarem as metas educativas estabelecidas nas políticas públicas.

O jovem estando bem-preparado, por meio da oferta de uma educação integral e de qualidade, deve ter assegurado nas políticas públicas a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos, para que possa ir além de uma educação de base. Nesse sentido, nosso governo estará comprometido em investir nos jovens além do ensino médio, seja na oferta de uma educação profissional e tecnológica, seja no acesso ao ensino superior.



3 - SEGURANÇA PÚBLICA

3. SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança Pública é um processo complexo, sistêmico e abrangente, que visa a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, o usufruto de direitos e o cumprimento de deveres.

Necessita de ações integradas em nível Federal, Estadual e Municipal, com a participação de entidades públicas, sociedade civil organizada e comunidade.

A política de Segurança Pública contempla ações de caráter preventivo, legislativo, de fiscalização, repressão, responsabilização, punição e de ressocialização, envolvendo todos os órgãos da segurança pública, além do ministério público e do poder judiciário, até a reintegração dos apenados junto à sociedade.

Com a implementação de núcleos regionais, o Estado incentivará a participação da sociedade civil na discussão e resolução dos problemas, na idealização e elaboração de programas, projetos e ações, visando desenvolvimento e inclusão social, com respeito às características locais.

3. SEGURANÇA PÚBLICA

Em parceria com os municípios reforçará a atuação dos órgãos responsáveis pelas políticas de prevenção à violência urbana, estabelecendo metas com ações planejadas. Além disso, ampliará a rede integrada de monitoramento, fortalecendo as ações de prevenção da violência.

No plano Federal, intensificará a participação em projetos de prevenção, controle e contenção da criminalidade, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública. Em âmbito municipal, serão revisados os Planos de Segurança Pública, integrando-os ao Plano Estadual e ampliando as políticas públicas de participação.

Por fim, estabelecerá programas de modernização das polícias civil e militar, do corpo de bombeiros e da polícia científica, assim como incentivará e orientará a implantação de guardas municipais, suprimindo as atuais deficiências, integrando os órgãos de atuação e consolidando as políticas públicas de segurança entre Estado e Municípios, com vistas à diminuição dos índices de criminalidade e de reincidência.



4 - SISTEMAS PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

4. SISTEMAS PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

Nosso Estado sempre foi referência na Administração Prisional e Socioeducativa, mas há muito ainda a ser feito, principalmente na questão da ressocialização dos apenados. Temos que desenvolver ações de inteligência para antecipar a movimentação de fuga dos apenados e principalmente inibir as ações internas e externas dos líderes de organizações criminosas, que estão cumprindo pena no sistema prisional de Santa Catarina.

Em nosso governo iremos aumentar o número de vagas para presos, inclusive por meio de parcerias. Também implantaremos em todo o sistema prisional o programa “**Trabalho pela Liberdade**”, que se trata da obrigatoriedade dos presos trabalharem dentro e fora dos presídios, visando a reinserção social, a redução das reincidências e também para redução dos custos do Estado.

Visto a crescente demanda nos setores prisionais e socioeducativos teremos que promover uma reestrutura funcional da secretaria, com objetivo de melhorar as condições de trabalho e otimizar as atividades executadas.

4. SISTEMAS PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

Vamos regulamentar a implantação do sistema de monitoração eletrônica de presos provisórios e apenados.

Também iremos incentivar a educação básica e técnica dos presos, com o objetivo de instruí-los e qualificá-los para o mercado e facilitar o processo de reintegração junto à sociedade.

Em nosso governo iremos modernizar e atualizar o sistema de acompanhamento da execução penal, da prisão cautelar e da medida de segurança, o que permitirá a melhoria das informações entre o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícias.

A photograph of rain falling from a dark roof. The background is filled with out-of-focus, glowing bokeh lights in shades of green and white, creating a soft, atmospheric effect. The rain is captured as vertical streaks, some sharp and some blurred.

5- DEFESA CIVIL

5. DEFESA CIVIL

A Defesa Civil do Estado tem como objetivo reduzir os riscos de desastres. Também compreende ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, e se dá de forma multissetorial e nos três níveis de governo federal, estadual e municipal - com ampla participação da comunidade.

Somente com a parceria como os Bombeiros Civis e Militares a Defesa Civil de Santa Catarina consegue executar sua missão, pois possui uma estrutura mínima o que dificulta cuidar das questões relativas aos desastres ambientais. Para executar as ações de prevenção há necessidade de ampliar a estrutura operacional para se realizar as fiscalizações, que hoje somente ocorrem pelo esforço das Defesas Civis dos municípios.

Em nossa gestão iremos promover a atualização das tecnologias utilizadas pela Defesa Civil, pois Santa Catarina possui um histórico marcante de eventos climáticos, que assolam anualmente nosso território. Em 2021/2022 o grande destaque é “**crise hídrica**” que colocou a região Oeste do Estado em situação de calamidade pública, pois ocorreu falta de água tanto para as regiões urbanas quanto para as áreas rurais. Esta situação...

5. DEFESA CIVIL

.... não poderá ocorrer novamente, a Defesa Civil do Estado, juntamente com as Defesas Cíveis dos municípios abrangidos pela calamidade devem programar ações de prevenção e de correção, a fim de minimizar os impactos da “ESTIAGEM” para os próximos anos. Deverão participar do planejamento e das ações os órgãos do Corpo de Bombeiros, a Epagri e a Casan.

Há necessidade de uma revisão completa dos Planos de Contingência entre Estado e Municípios, estabelecendo ações de proteção e defesa civil em conjunto. O Plano de Contingências Integrado de Santa Catarina será elaborado a partir de determinadas hipóteses e riscos de desastres e organizará as responsabilidades e as ações de preparação e resposta para cada situação.

As ações de prevenção devem compreender medidas referentes ao planejamento da ocupação do espaço geográfico e a execução de obras e serviços, principalmente relacionados com intervenções em áreas de risco, tais como: aquisição e instalação de equipamentos, infraestrutura urbana e rural, estabilização de encostas, contenção, etc.



6 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A inovação e a tecnologia serão duas diretrizes de muita importância na nossa gestão, pois consideramos serem estratégias eficazes para gerar riqueza por meio da agregação de valor à produção. Hoje, os produtos e serviços de tecnologia já representa 10% do PIB catarinense.

As empresas inovadoras são mais lucrativas, pagam melhores salários, utilizam mão de obra mais qualificada, retém talentos e são mais competitivas no mercado global. Confirma, assim, a razão e os benefícios de se investir em parques tecnológicos, incubadoras de empresas, empresas inovadoras, *start-up's* e em iniciativas empreendedoras no Estado.

Santa Catarina possui em sua história o registro de vários projetos de inovação aplicados na sua economia. Um dos fatores-chave para manutenção desse desempenho é que o catarinense tem em sua cultura a perseverança que o impulsiona a buscar sempre o que há de melhor. Este é o espírito inovador do nosso povo, que na última década tem sido referência no Brasil.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Não podemos esquecer a importância das instituições de ensino em Santa Catarina, que desempenham um papel muito importante na pesquisa, desenvolvimento e extensão, agregando valor aos produtos e serviços catarinenses.

Além dos grandes avanços alcançado na produção industrial, na saúde, e na agropecuária com adoção de inovações e tecnologias de ponta, estes conhecimentos devem ser aplicados em todas as áreas do conhecimento para melhorar a qualidade de vida e do bem-estar da população.

Nosso governo estimulará os projetos de inovação e principalmente os aliados a projetos de empreendedorismo. Estas ações contarão com o apoio das universidades, dos municípios, do sistema “S” e das instituições de pesquisa e desenvolvimento de qualquer parte do mundo.

O Estado irá desenvolver e utilizar aquelas tecnologias que possam vir a melhorar o nosso desempenho. A implementação de sistemas compartilhados entre Estado e Municípios ampliarão a oferta dos serviços públicos em todas as regiões do Estado.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

AGROPECUÁRIA E PESCA

O território catarinense tem quase 90% das propriedades rurais classificadas como sendo de “agricultura familiar” e ainda sim é o primeiro produtor nacional de suínos, cebola, maçã, ostras, mexilhões e pescados. Somos o segundo maior produtor de aves, tabaco e arroz e estamos entre os maiores produtores de mel, banana, trigo e leite.

O nosso agronegócio participa com 31% do PIB catarinense e sustenta cerca de 70% das nossas exportações.

Santa Catarina é responsável por 57% do total das exportações brasileiras de suínos.

Com 28% do total do Brasil, Santa Catarina se destaca como o segundo maior produtor e exportador no segmento de aves.

Nosso Estado deve muito a agropecuária. Mais de meio milhão de catarinenses vivem direta ou indiretamente da agricultura, da pecuária e da agroindústria, incluída sua imensa cadeia de fornecedores.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

AGROPECUÁRIA E PESCA

As Cooperativas Agropecuárias são essenciais para o desenvolvimento do agronegócio catarinense. São 46 cooperativas ligadas ao agronegócio e mais de 79,7 mil cooperados. No último ano, o faturamento do setor passou de R\$ 47 bilhões em 2021, o que corresponde à 12% do Produto Interno Bruto de Santa Catarina.

O agronegócio catarinense é destaque no cenário nacional. Em parceria com empresas e entidades representativas da agropecuária, fomentaremos a oferta de alimentos à população, com qualidade e sustentabilidade, por meio de políticas públicas que promovam maior produtividade e renda aos produtores, e competitividade no agronegócio.

Em 2023 iniciaremos o governo já focados nas ações necessárias ao agronegócio, objetivando promover e incentivar a recuperação das produções agrícolas de Santa Catarina, que em 2021 apresentaram queda.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

TURISMO

Santa Catarina recebe cerca de 17 milhões de turistas por ano. O setor responde por 12% do PIB estadual, movimentando mais de R\$ 700 milhões em arrecadação de ICMS por ano. A movimentação econômica das atividades turísticas, entre 2018 e 2020, foi de aproximadamente R\$ 33 bilhões. Este número considera ocupação hoteleira, visitação a atrativos e realização de feiras e eventos.

Além de Florianópolis, nosso Estado possui várias cidades classificadas como importantes destinos turísticos do país, onde destacamos Blumenau, Lages, Laguna, Balneário Camboriú, dentre outros tantos destinos de elevada atratividade turística.

As festas temáticas, o turismo religioso também é destaque em Santa Catarina. O Santuário Santa Paulina, na cidade de Nova Trento, recebe mais de 800 mil fiéis por ano.

Nosso Estado tem lindas praias, cachoeiras exuberantes, trilhas, montanhas, parques, diversificada gastronomia, hotelaria estruturada e turismo de eventos, apesar da razoável infraestrutura aeroportuária e de estradas, Santa Catarina ainda possui muitos recursos turísticos subutilizados.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

TURISMO

Há muito ainda a ser feito para que o Estado se consolide como um destino de referência nacional e internacional.

Existe um potencial enorme de crescimento para o setor, temos que garantir que os recursos destinados ao turismo sejam mais bem investidos. Nossa política irá focar num maior assessoramento ao setor, em parcerias com os municípios e entidades representativas.

O nosso turismo somente irá avançar se oferecermos uma estrutura de gestão mais eficiente e que ofereça estratégias alinhadas para todo o Estado.

Estaremos comprometidos com o *trade* turístico do Estado na elaboração de uma agenda turística anual para Santa Catarina, contemplando inclusive o turismo de negócio, religioso e de ecoturismo.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES

Santa Catarina é destaque em vários setores da sociedade por ter diversidade cultural e econômica que são referências para as demais regiões brasileiras. Apesar do Estado representar 1% do território brasileiro, somos destaque nos *rankings* da indústria, do agronegócio e do turismo no país.

Somos o 11º estado do país em população; nossa indústria está na 4ª posição no país em quantidade de empresas e a 5ª em número de trabalhadores – são mais 45 mil empresas e mais 800 mil trabalhadores, segundo dados da Fiesc.

Os negócios de micro e pequeno porte em Santa Catarina, representam mais de 95% das empresas formalizadas, e juntas respondem por 35,1% do PIB do Estado. Além disso, são responsáveis por 4% das exportações. São mais de 800 mil pequenos negócios, entre microempreendedores individuais e micro e pequenas empresas, que correspondem a cerca de R\$ 62 bilhões do PIB do Estado e geram 55% dos empregos formais no Estado.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES

Criaremos programas para estimular ao setor produtivo, especialmente para os micro e pequenos empreendimentos. Iremos também dinamizar a atuação do BADESC (Agência de Fomento) no Estado, ampliando a oferta de crédito – inclusive como o lançamento do PRONAMPE/SC e o PRONAMPE/SC RURAL.

De forma complementar, iremos estimular a capacitação técnica dos empreendedores por meio de programas ministrados em parceria com o Sistema “S”, Universidades e Prefeituras. Também serão ministrados aulas e cursos no ensino médio para estimular os jovens a perseguirem seus sonhos através do empreendedorismo.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E ENERGIA

Temos uma grande preocupação com o Meio Ambiente, com os Recursos Hídricos, com o Saneamento Básico e com a Energia, que são infraestruturas de base da sociedade contemporânea. São temas sistêmicos e que estão interligados, não podendo ser tratadas de forma isolada, as soluções para minimizar as deficiências destes setores em Santa Catarina e adotar numa ótica integradora entre os diversos atores.

As políticas de Meio Ambiente do Estado são de elevada relevância como um todo e devem estar presente na agenda de qualquer governante sob a ótica do respeito a biodiversidade e para garantia do desenvolvimento sustentável e socioambiental.

Sobre a energia elétrica, iremos promover investimentos na Celesc, para implantação urgente da rede trifásica de energia para cobertura rural e dos parques industriais do Estado. Será criado o “Programa Santa Catarina Trifásico”, onde o Estado, através da Celesc, irá realizar o maior investimento da sua história na rede de energia rural. Serão investidos R\$ 1,5 bilhões na implantação 12 mil quilômetros de linhas trifásicas.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E ENERGIA

Hoje temos um pouco mais de 10% de cobertura trifásica. Nosso programa será um salto gigante para o Estado, garantindo mais segurança energética ao agronegócio. ***“Menos quedas, menos custos e mais produtividade”***.

Também promoveremos ações, através da Celesc, para incentivar a ampliação de parques eólicos e de geração de energia.

Priorizaremos a reestruturação do IMA – Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, para otimizar os processos de fiscalização em campo, além de implementar um programa de desburocratização e agilização dos processos de solicitação e obtenção de licenças ambientais. Estabeleceremos um novo modelo de parcerias com os órgãos ambientais dos municípios com o Estado.

Será prioridade do Estado garantir a segurança hídrica à população urbana e rural, o uso racional da água e da energia, a adequada destinação dos resíduos sólidos, a coleta e tratamento dos esgotos e a despoluição de rios, lagos e mares.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E ENERGIA

Em Santa Catarina o saneamento básico ainda é um sério problema, pois de acordo com dados do SNIS 2019, 89,1% da população tem acesso ao abastecimento de água tratada e apenas 24,1% dos habitantes têm atendimento a coleta e tratamento de esgoto, ou seja, 5,4 milhões de catarinenses ainda vivem sem tratamento público de esgoto.

Desta forma, investir em saneamento, melhora a qualidade de vida do cidadão, reduz a mortalidade infantil e as despesas com o tratamento de saúde, promove o desenvolvimento urbano e turístico, aumenta a produtividade, gera emprego e renda, desenvolve tecnologias e protege o meio ambiente.

Nossa proposta para o saneamento básico prevê a implantação do novo marco regulatório (Lei Federal nº 14.026/2020) junto à Casan, visando o aumento dos investimentos para universalização do atendimento até 2033. Este projeto contará com as parcerias dos municípios e da iniciativa privada.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E ENERGIA

Trabalharemos nas causas da poluição e não somente nos seus efeitos e aceleraremos as ações para melhoria da qualidade da água de nossos rios. Também utilizaremos tecnologia de ponta para ampliar as ações de fiscalização.

Com referência a crise hídrica, daremos maior celeridade a construção da Adutora do Rio Chapecozinho, para garantir o fornecimento de água às áreas urbanas daquela região e iniciaremos as obras de construção da barragem do Rio do Salto, no sul do Estado. Outros projetos de reservação e distribuição de água serão priorizados pelo Estado para dar maior garantia hídrica às áreas mais afetadas pela estiagem.

A efetivação destas propostas será sob regime de urgência e se fará necessário a adoção de uma gestão interinstitucional integrada, visando conferir agilidade e eficiência na operação dos serviços de governança hídrica e maior agilidade nos licenciamentos ambientais, sempre em estreita e permanente parceria com os municípios, com o Governo Federal e com a iniciativa privada, dentre outros setores da sociedade.



7 - INFRAESTRUTURA

7. INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Santa Catarina tem cerca de 6 mil km de rodovias estaduais e 2.750 km de rodovias federais, que fazem parte do Sistema Rodoviário Nacional do Brasil.

O Estado ainda tem mais de 54 mil km de rodovias municipais, das quais somente 1.980 km são asfaltadas.

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) identificou que em 2021, apenas 29% das rodovias catarinenses foram consideradas ótimas e boas, enquanto 71% foram consideradas regulares, ruins ou péssimas.

Quanto às rodovias federais em Santa Catarina, a maior parte da avaliação está como regular (51,6%). Já as estaduais a maior avaliação está como regular (54,2%). Entretanto, os trechos catarinenses de rodovias federais estão entre os mais perigosos do país - o trecho de destaque é o da BR-101, que passa pela cidade de São José (rodovia privatizada). A Polícia Rodoviária Federal já considerou quinze trechos em Santa Catarina entre os cem mais perigosos entre as rodovias federais do país.

7. INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

As rodovias estaduais são administradas pelo Estado e não possuem pedágio. Já as federais: BR-116 e BR-101 estão privatizadas e cobram pedágio dos usuários. A empresa Arteris administra a BR-116 com a Autopista Planalto Sul e o trecho norte da BR-101, além de um pequeno trecho da BR-376 em Santa Catarina, com a Autopista Litoral Sul. O Grupo CCR passou a administrar o trecho sul da BR-101 a partir 2020.

As rodovias estaduais de maior destaque turístico catarinense são: no Planalto Serrano a SC-390, que atravessa a Serra do Rio do Rastro e a SC-370, que corta a Serra do Corvo Branco, também tem a SC-418, que passa na Serra Dona Francisca, no Norte do Estado.

É nosso compromisso de governo, estabelecer parcerias como os municípios, para a manutenção e a ampliação da malha rodoviária estadual. Nossa intensão é promover o asfaltamento das principais estradas vicinais (estradas rurais), visando a interligação entre municípios, ter rotas alternativas de qualidade, facilitando a **mobilidade local**, reduzindo o trânsito e facilitando o escoamento das safras.

7. INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Quanto a mobilidade urbana, o Estado pretende intensificar, juntamente com os municípios, a criação de novos modais de mobilidade que possam facilitar o trânsito urbano entre municípios, principalmente nas áreas metropolitanas.

Nossa proposta vislumbra atrair investimentos privados para implantação e operações de diversos tipos de modais para o **transporte de passageiros**. A concessão patrocinada (via PPI) é um case de sucesso em diversos estados da federação e demonstra claramente que há um melhor desempenho da iniciativa privada nestas operações, com elevação da qualidade dos serviços aos usuários e com a consequente redução de custos. Utilizando esta modelagem o Estado pretende oportunizar soluções de **mobilidade intermunicipal** com investimentos privados.

Propomos ainda a adoção do modelo de Parcerias, seja sob a modalidade de concessão ou PPI, tanto para a implantação, como também para os serviços de operação e manutenção, em face da maior eficiência, rapidez e qualidade demonstrados pela iniciativa privada.

7. INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Para poder implementar tal programa de investimentos em mobilidade urbana, se faz necessário uma reorganização do Estado, nesta área, visando a centralização do Planejamento Estratégico na Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, com o objetivo de integrar, racionalizar, padronizar e otimizar todas as propostas de mobilidade urbana. Como nas Regiões Metropolitanas, parte do serviço de transportes cabe aos municípios, será necessário a criação de grupos de planejamento pelo Governo do Estado, para se implementar e integrar as ações de mobilidade das regiões.

Com a ampliação das parcerias privadas e/ou concessões, que envolverão investimento, operação e manutenção dos novos modais de mobilidade urbana, o Estado se utilizará da Aresc para regulação dos serviços públicos concedidos, conforme estabelece a legislação.

Na logística, planejamos uma série de ações de investimentos na infraestrutura de todos os modais de transportes: rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroviário, visando obter uma maior eficiência no sistema de transportes e aumentar a produtividade da nossa economia.

7. INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Iremos promover a integração dos modais, buscando a racionalização da matriz de transportes, ampliação da capacidade operativa e melhoria da segurança do sistema como um todo. Esta integração propiciará um maior desenvolvimento econômico e social em todas as regiões do Estado.

Cabe ainda destacar a necessidade da criação de um programa de aceleração à implantação da rede 5G junto aos municípios do Estado. A implantação do 5G também irá ampliar a conectividade 3G e 4G – dando ênfase às sombras de sinal existentes no Estado.



8 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

8. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

O Estado é responsável pela formulação e coordenação das políticas públicas que garantam a proteção dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos. Devemos assegurar a transversalidade das ações governamentais no atendimento às necessidades dos segmentos mais vulneráveis da sociedade, esta deve ser a premissa das propostas de melhoria no âmbito social.

A vulnerabilidade social dificulta o acesso a condições mínimas e adequadas para o desenvolvimento humano. Os programas sociais e as políticas públicas devem promover a conquista da autonomia plena do indivíduo, encaminhando-o para uma reinserção produtiva junto à sociedade.

8. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

TRABALHO

O trabalho constitui-se num dos principais direitos sociais do cidadão, é a viga mestra da igualdade, pois proporciona meio de sustento ao indivíduo e à sua família. O trabalho, a profissão ou o ofício deve ser escolhido de forma livre, tendo o Estado o papel de facilitador deste processo, oferecendo as condições mínimas para o seu cidadão estar apto a exercer a sua escolha de trabalho.

Em nosso governo iremos propiciar as condições necessárias para que todos os cidadãos tenham acesso à educação básica e consigam se profissionalizar no ensino médio e se possível no superior, como objetivo de criar condições de empregabilidade.

Também promoveremos ações que facilitem os empresários a contratarem prioritariamente a mão-de-obra dos catarinenses.

8. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

POLÍTICAS PARA IDOSOS

Considerando que o Estado de Santa Catarina tem a maior expectativa de vida do país, em nosso governo iremos instituir a Secretaria Executiva de Políticas para Idosos, que irá elaborar, desenvolver e implementar as políticas públicas específicas para a população da terceira idade, através do desenvolvimento integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil organizada, pela Lei que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) e do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

Os principais objetivos desta secretaria serão: formular e executar em conjunto com as demais secretarias de estado e em parceria com os Municípios a política estadual do idoso; articular as ações com redes de atendimento já existentes; **fomentar a prática de exercícios e atividades afins;** incentivar à sociabilização; desenvolver políticas que assegurem os direitos dos idosos; e implementar ações de prevenção e combate à violência, entre outros.

Após a criação desta secretaria, também ficarão sob sua coordenação: O Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, criado por meio da Lei nº 8.072/1990; e o Fundo Estadual do Idoso (FEI), conforme exigência do estatuto do idoso.

8. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

POLÍTICAS PARA MULHERES

Em nosso governo iremos pautar nossa gestão na igualdade de direitos e nas competências entre gêneros, respaldando e garantindo haver às mesmas condições para seleção de profissionais para ocupar cargos públicos no Estado. Nosso compromisso é de estabelecer a paridade entre homens e mulheres quando da seleção de profissionais para ocupar os cargos comissionados no Governo do Estado.

Desenvolveremos políticas públicas que garantam às mulheres prioridades em programas sociais, como de habitação, saúde e educação, principalmente para as mães solo.

8. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

CULTURA

Políticas públicas de apoio a cultura devem ser direcionadas a promover a inclusão socioeconômica, a democratização de ideias e tendências e o fortalecimento da educação. É uma oportunidade de transformação e evolução social.

Partindo desse pressuposto, fomentaremos o aproveitamento da imensa riqueza cultural do Estado como plataforma de ação. Difusão, descentralização e interiorização serão pilares de programas e projetos culturais.

Iremos consultar os principais representantes dos segmentos das artes e das manifestações culturais e tradicionais, para atualizarmos o mapa cultural do Estado e seus principais indicadores.

Imprescindível será a ampliação das parcerias como os municípios, com a iniciativa privada e com os representantes do setor, para estabelecermos o planejamento de ações e para também angariarmos os apoiadores necessários para fomentar a cultura em nosso Estado.

8. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

ESPORTES

Nos últimos anos o Estado vem reduzindo sistematicamente o orçamento destinado às atividades esportivas. A falta de prioridade do Estado enfraqueceu as políticas públicas e gerou escassez de recursos para manutenção dos programas desportivos.

Atualmente o esporte amador de Santa Catarina está limitado a realização dos “Jogos Abertos”, que ainda acontecem mais pelo empenho dos municípios sede dos eventos, do que pela determinação do Estado.

Em nosso governo as políticas públicas para o Esporte serão estruturadas com o apoio dos municípios e entidades do setor, visando promover o pleno desenvolvimento das modalidades esportivas em formação (base), fomento e alto rendimento.

8. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

ESPORTES

Em Santa Catarina o Esporte participará ativamente para a formação integral do jovem, além de estimular valores cívicos e de cidadania. Será desenvolvido por meio de atividades complementares, palestras, aulas didáticas de hábitos saudáveis de higiene, prevenção às drogas e temas direcionados ao processo de desenvolvimento da cidadania. O Esporte reduzirá a evasão escolar, fortalecerá a consciência em formação e incentivará o estudo acadêmico.

O sedentarismo é fator de risco para o desenvolvimento da maioria das doenças adquiridas e para todas as doenças crônicas, além de gerar alto custo para o poder público. Assim, iremos introduzir e estimular programas para iniciação esportiva na vida da população, como fator de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida.

8. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A política de habitação para Santa Catarina será uma das prioridades do nosso Governo, visto a carência de habitações, majoritariamente junto à população de baixa renda. Estima-se um déficit de 200 mil unidades habitacionais em todo o Estado, notadamente nas 11 regiões metropolitanas onde se concentram praticamente metade da população do Estado.

A conseqüente degradação da economia mundial nos últimos anos e o aprofundamento da crise social, gerada principalmente pela Pandemia do Covid 19, levaram a população mais carente a ocuparem sub habitações, que são totalmente irregulares e insalubres. De um dia para outro surgem comunidades completamente desorganizadas e desprovidas de qualquer item de infraestrutura básica. Além disso, há o drama das invasões em prédios públicos e imóveis privados.

8. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Essa situação leva à necessidade de intensificarmos a ofertas de unidades habitacionais em Santa Catarina. As secretarias do Estado e dos Municípios deverão organizar suas ações para que possamos criar um aumento na oferta de imóveis. A principal ação do nosso governo será fomentar a produção de novas Unidades Habitacionais, por intermédio de instituições vinculadas ao setor e de programas sociais: Secretarias do Estado e Municípios, programa “Casa Verde e Amarela” do Governo Federal, Caixa Federal, Banco do Brasil, Cooperativas de Crédito, Programa de Parcerias para Investimentos (PPI) e outras instituições da área de Habitação.

Nossa proposta de ação contará com a parceria dos municípios catarinenses, através da concessão de incentivos fiscais e na revisão dos parâmetros urbanísticos, específicos para Habitações de Interesse Social (HIS). É importante ressaltar, que o Estado irá implementar, juntamente como os Municípios, o programa Lar Legal/TJSC, que irá contribuir para ampliarmos nossos resultados da nossa política habitacional.

8. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

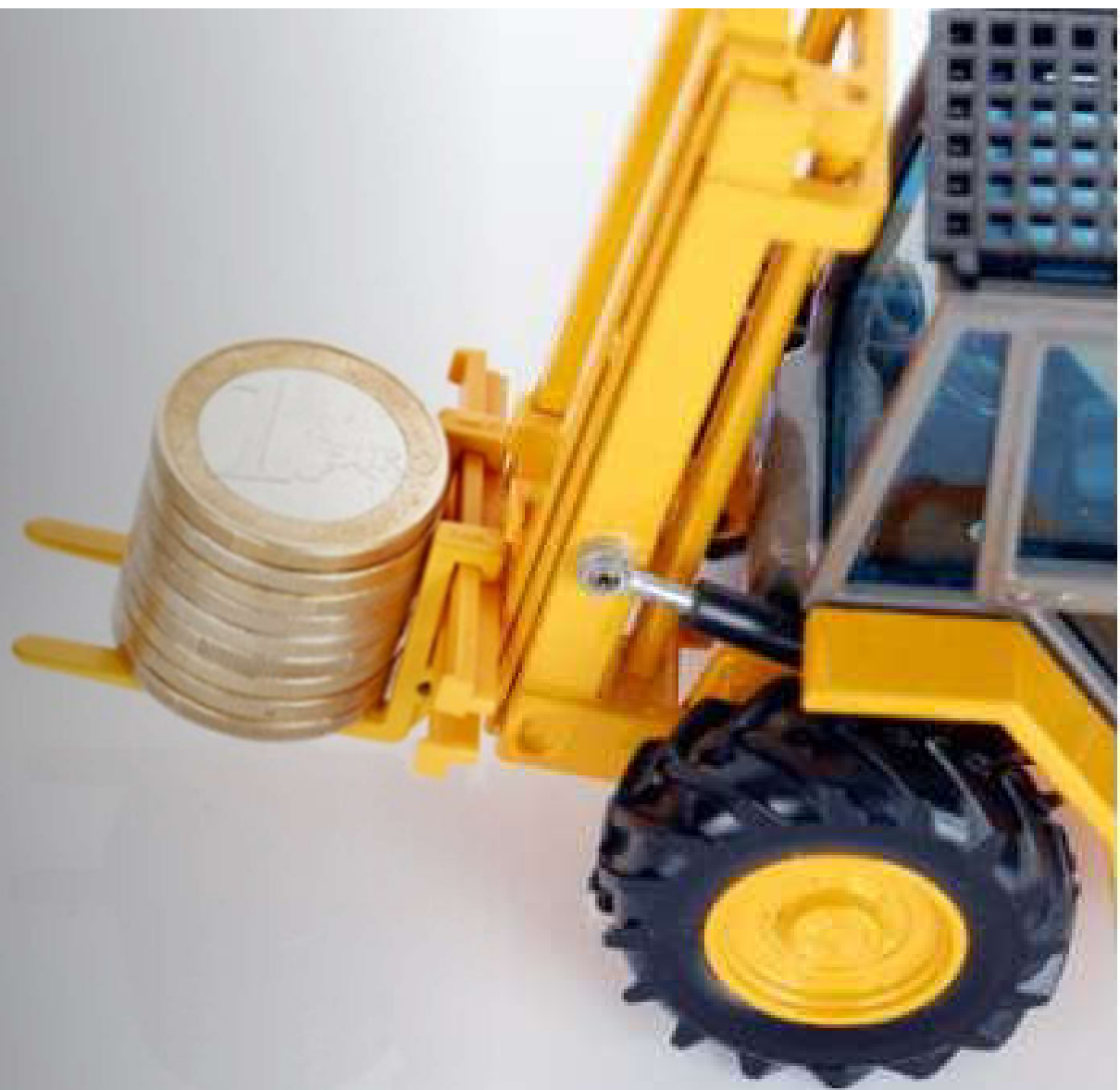
O programa Lar Legal/TJSC promoverá a Regularização Fundiária de mais de 300 mil moradias sem escrituração pública no Estado. Estes imóveis estão em áreas consolidadas e muitos deles já possuem infraestrutura urbana.

Instituiremos uma força tarefa para regularizar e realizar a titulação daquelas famílias, que já contam com suas moradias, visando garantir o seu Direito à Propriedade.

Também serão realizadas, em conjunto com os municípios, ações para Reestruturação Urbana, visando subsidiar os processos de regularização fundiária de áreas precárias, garantindo o mínimo de qualidade de vida às famílias, que hoje vivem em assentamentos precários.

Estes são os compromissos do nosso governo para regularização fundiária, e para nosso êxito, teremos que contar com a parceria dos Municípios, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça.

9 – ECONOMIA CATARINENSE



9. ECONOMIA CATARINENSE

O Estado de Santa Catarina tem imenso potencial produtivo na indústria de base, que é bastante diversificada e está organizada em vários polos distribuídos por diferentes regiões do Estado. A diversidade de climas, paisagens e relevos estimulam o desenvolvimento de inúmeras atividades, da agropecuária ao turismo, atraindo investidores de segmentos distintos e permitindo que a riqueza não fique concentrada em apenas uma região.

Os setores de tecnologia, turismo, serviços e construção civil tem seu maior destaque na Grande Florianópolis; no Norte do Estado temos o polo tecnológico, moveleiro e metalmeccânico; na região Oeste concentram-se as atividades de produção alimentar e de móveis; no Planalto Serrano temos a indústria de papel, celulose e da madeira; a região Sul se destaca pelos segmentos do vestuário, plásticos descartáveis, carbonífero e cerâmico; e no Vale do Itajaí, predomina a indústria têxtil e do vestuário, naval e de tecnologia. O turismo é outro ponto forte da nossa economia em todas as regiões do Estado.

9. ECONOMIA CATARINENSE

Nos país de primeiro mundo é pauta importante da gestão pública incentivar a capacidade dos indivíduos da sociedade para desenvolver o empreendedorismo. Em nosso Governo iremos criar programas específicos, com políticas públicas executadas e compartilhadas com os municípios, universidades, sociedade civil organizada, sistema “S”, visando incentivar e apoiar os principais projetos de empreendedorismo em Santa Catarina.

O nosso governo irá promover o fortalecimento da indústria, do comércio, da prestação dos serviços e da tecnologia com a implementação de programas de qualificação que tenham aumento da produtividade e eficiência. De forma participativa, descentralizada e sustentável iremos: promover a integração da municipalidade nos programas de fortalecimento da economia, para o desenvolvimento local e regional.

9. ECONOMIA CATARINENSE

Estabelecer planos de ação com as Prefeituras destinadas ao desenvolvimento das regiões de forma sustentável, atentando para o processo de descarbonização da nossa economia.

Serão estabelecidas políticas públicas que identifiquem Santa Catarina como um Estado inovador e que tratem das questões da indústria, comércio serviço e tecnologia como demandas prioritárias.

Nossa política econômica terá um olhar especial às minorias, jovens, mulheres e idosos, que são preponderantemente classificadas como parte da economia informal.

The background of the slide features a dark blue and black color scheme. In the upper portion, there are several glowing financial charts, including a candlestick chart with red and green bars and several smooth, flowing lines in shades of blue and green. In the lower portion, there are four stacks of silver coins of varying heights, arranged in a descending order from left to right. A silver pen lies on a white surface in the bottom left corner. The overall aesthetic is professional and financial.

10 – ARRECADAÇÃO E ORÇAMENTO

10. ARRECADAÇÃO E ORÇAMENTO

Com base na análise do orçamento do Estado, observa-se o grande esforço do governo para manter o equilíbrio financeiro frente às dificuldades para o aumento das receitas e à rigidez das despesas públicas. Pelo lado das receitas, a alta carga tributária do país dificulta seu incremento. Pelo lado das despesas, existem gastos obrigatórios, transferências constitucionais a municípios, despesas de endividamento e à previdência e despesas de difícil diminuição, como pessoal e encargos sociais.

Deve-se considerar, também, as transferências obrigatórias vinculadas ao Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas, Udesc e com os Poderes Legislativo e Judiciário. Assim, resta ao Governo do Estado pouca margem de ação para aumento de investimento em políticas públicas, contexto que propõe a oportunidade de desenvolvimento de novas abordagens e formas de superação desses desafios.

Diante deste cenário, torna-se imprescindível o desenvolvimento de mecanismos e ação que visem aumentar e garantir a eficiência e a produtividade da gestão pública, sem onerar ainda mais os cofres públicos com aumento de despesas e os cidadãos com aumento da carga tributária.

10. ARRECADAÇÃO E ORÇAMENTO

Para evitar a paralisação do Governo, iremos adotar ações baseadas num rígido controle dos gastos e na promoção de ações contínuas para estimular o aumento da atividade econômica. Também implantaremos ações de combate à fraude tributária e de cobrança dos inadimplentes.

Objetivando um bom desempenho das ações, vamos concentrar nossos esforços no desenvolvimento e na implantação de métodos efetivos de avaliação dos resultados na gestão pública, com o estabelecimento de indicadores de performance, que visem a otimizar as práticas de planejamento e de execução orçamentária.

Nosso principal foco será na realização de programas de investimento voltadas ao desenvolvimento regional, que alcancem todo o território de catarinense, reduzindo as desigualdades entre as regiões e garantindo aos municípios livre trânsito e comunicação com o Governo do Estado.

Para maior participação dos municípios na execução orçamentária do Estado, os Secretários setoriais farão reuniões periódicas com as 21 Associações de Municípios do Estado, afim de estabelecerem prioridades dos investimentos em cada região.



11 – GOVERNANÇA DO ESTADO

11. GOVERNANÇA DO ESTADO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

As organizações necessitam atingir elevados padrões de desempenho, para isso, precisam lidar com a complexidade inerente ao sistema organizacional, sem perder de vista a harmonia entre seus elementos.

Neste cenário, nosso governo irá desenvolver uma modelagem organizacional, que buscará promover integração e coerência entre os processos, os objetivos ou os propósitos para os quais a organização existe, os padrões de divisão de trabalho e a coordenação entre as unidades e as pessoas que vão desempenhar as tarefas.

No âmbito do poder executivo estadual a adequada modelagem organizacional deve propiciar o alinhamento das atividades finalísticas, responsáveis diretas pelo cumprimento das competências institucionais. As estratégias de governo devem estar pautadas nos princípios constitucionais que regem a administração pública com ênfase na agilidade, eficiência e desburocratização dos serviços públicos prestados à sociedade.

11. GOVERNANÇA DO ESTADO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Nossa diretriz frente a estrutura organizacional do governo do Estado será de compactar as atividades das secretarias “**meio**” do Estado e dar condições e prioridade às estruturas das secretarias responsáveis pelas atividades “**fins**” (serviços ao cidadão).

Desta forma, nossa proposta de reformulação da estrutura organizacional do Governo do Estado será de compactar em secretarias executivas as atividades e responsabilidades inerentes a diversas secretarias. Nosso objetivo será eliminar o excesso de burocracia, lentidão no atendimento ao cidadão e os desencontros nas decisões.

Iremos implantar um modelo de gestão mais eficiente e com mais tecnologia, que possibilite a adoção de processos administrativos simplificados e inteligentes.

Também iremos utilizar tecnologias avançadas na administração pública estadual, com vistas a aumentar da produtividade, reduzir de custos e dar maior interatividade com a sociedade.

11. GOVERNANÇA DO ESTADO

PARCERIAS

Nosso principal foco será assegurar a realização de programas de investimento voltadas ao desenvolvimento regional, que alcancem todo o território de Santa Catarina, reduzindo as desigualdades entre as regiões e garantindo aos municípios o livre trânsito e a comunicação com o Governo do Estado.

Para maior participação dos municípios na execução orçamentária do Estado, os Secretários setoriais farão reuniões periódicas com as 21 Associações de Municípios do Estado, a fim de estabelecerem prioridades dos investimentos em cada região.

Nas questões da educação e empreendedorismo iremos nos unir numa grande aliança em prol do Estado com as universidades, faculdades, institutos, sistema “S”, instituições financeiras federais e internacionais, empresários e outros, para juntos fazermos a diferença para os nossos jovens e empreendedores.

Nas ações regionais voltadas a tecnologia, compra de materiais, saúde e assistência social, iremos utilizar os consórcios intermunicipais já existentes.

12 – POLÍTICA DE PESSOAL



12. POLÍTICA DE PESSOAL

O servidor público é um agente do Estado destinado a servir à sociedade. No cumprimento dessa missão, cabe aos gestores públicos ter respeito e empatia com esta categoria que tanto enobrece Santa Catarina.

Temos excepcionais técnicos no corpo funcional do Estado, que terão o devido apoio para realizarem os projetos necessários ao engrandecimento do nossa Estado. Como primeira diretriz de nossa gestão estaremos sempre comprometidos com as categorias a ouvi-los e valorizá-los dentro dos limites impostos ao Estado.

Também temos o compromisso de promover o aperfeiçoamento profissional contínuo dos nossos servidores, criando condições para que eles possam adquirir novas aptidões e melhorarem sua produtividade. Este processo irá criar condições para valorização do corpo funcional do Estado.

Promoveremos uma auditoria no fundo de previdência do Estado (Iprev) e no Plano de Saúde dos Servidores (SC Saúde), objetivando verificar se os valores das contribuições cobradas são justos e atendem as expectativas dos servidores.



PLANO DE GOVERNO

CAMINHOS DE SANTA CATARINA

Mais do que um plano de governo, é um plano de ação.
É chegar fazendo.



PONTE HERCÍLIO LUZ / FLORIPA - SC